

**TRANSPETRO. CONTRATOS DE  
TERCEIRIZAÇÃO. EXISTÊNCIA DE CADASTRO  
DE RESERVA DE CONCURSADOS. ATIVIDADE  
FIM. ILEGALIDADE.**

A terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade empresarial deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores desta empresa e é transferida para uma outra sociedade empresarial, a terceira, seja pela desativação parcial ou total de setores produtivos, seja pela contratação de uma ou mais empresas que alocam trabalhadores para a execução de algum tipo de serviço no interior da empresa contratante, com o fito de reduzir custos ou focar a atividade empresarial. O fenômeno da redução de custos implica, via de regra, na redução de direitos trabalhistas (se fossem mantidos e acrescidos da comissão da terceirizada, eles seriam majorados e não reduzidos), no que, na Europa, se está chamando em deslaboralização, em seus vários níveis, que vão desde a manutenção mitigada do ordenamento laboral, até o alijamento para

sistemas jurídicos civis menos protetores. Nessa ótica, não podem perder o caráter excepcional, com admissão em casos extremos, em que haja autorização legal expressa. A terceirização por empresa pública ou por sociedade de economia mista apresenta um agravante, pode traduzir prejuízos não apenas aos trabalhadores, mas à própria tomadora, que frustrando a aplicação do princípio da acessibilidade concursal, culmina por obter serviços de pior qualidade. No caso dos autos, comparando-se a atividade fim da TRANSPETRO com os objetivos da execução dos serviços pelas contratadas, sem sombras de dúvidas estamos diante de terceirizações de serviços permanentes e essenciais à atividade fim da recorrente, e não, como alega a ré, atividade meio, em flagrante desrespeito a legislação aplicável à espécie. Se as atividades estão inseridas no cadastro de reserva feito pela própria empresa, não podem ser tidas como alheias aos fins sociais, *rectius* terceirizáveis. A realização de concurso, com a manutenção dos terceirizados, em detrimento dos concursados, representa

grave desrespeito ao sistema legal trabalhista e aos próprios trabalhadores "in genero" ofendendo direitos difusos e homogêneos, a impor indenização em patamar ressarcitório e pedagógico, este para desincentivar que a ré, já condenada em vários processos, continue a fazer tabula rasa das leis que possam contrariar suas diretrizes administrativas. Recurso da ré improvido. Recurso do MPT provido em parte, para majorar a multa, para que observe um patamar que incentive o cumprimento da lei, doravante.

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da 6ª Vara do Trabalho de Florianópolis, SC, sendo recorrentes **1. PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO** e **2. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (Recurso Adesivo)** e recorridos **1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e **2. PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO**.

Irresignados com as sentenças das fls. 319/329 e 355/356, proferidas pela Exma. Juíza Julieta Elizabeth Correia de Malfussi, que julgou procedentes em parte os pedidos formulados na ação cautelar inominada e na ação civil pública propostas pelo Ministério Público do Trabalho em face de PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, recorre as partes a este Tribunal.

A demandada pugna inicialmente pela aplicação dos efeitos devolutivo e suspensivo ao recurso. Invoca as seguintes preliminares: a) nulidade processual. cerceamento do direito de defesa; b) nulidade da sentença pela prestação jurisdicional incompleta; c) ilegitimidade ativa do MPT. No mérito, busca a decretação da legalidade da terceirização e da realização de concurso público para cadastro de reserva. Postula, ainda, a sua absolvição quanto ao pagamento da multa diária aplicada por descumprimento de liminar; expedição de ofício para o Ministério Público Federal; indenização por dano moral coletivo ou, sucessivamente, que seja minorado o valor da indenização por danos morais e a multa diária de 0,05%.

Já o Ministério Público do Trabalho apresentou recurso adesivo às fls. 419/421, pugnando pela majoração do dano moral fixado na sentença para R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Objetiva, ainda, a condenação da ré ao pagamento de indenizações por danos morais individuais e a devolução dos valores pagos a título de taxas de inscrições em concursos.

As partes apresentam contrarrazões às fls. 412/418 (demandante) e às 423/427 (demandada).

Na sequência, ascendem os autos a esta instância revisora.

O julgamento do processo foi suspenso em 06-04-2010 devido ao pedido de vista regimental dos Exmos. Juízes Jorge Luiz Volpato e Viviane Colucci (fl. 436).

Diante dos termos do despacho da fl. 437, foi dado vista à ré para que se manifestasse em relação a petição protocolada sob o nº 40.158 à fl. 438 pelo autor.

Às fls. 440-441v a demandada requer o desentranhamento da petição agregada pelo MPT, já que extemporânea.

É, em apertada síntese, o relatório.

VOTO

Satisfeitos os pressupostos legais de admissibilidade, conheço dos recursos e das contrarrazões.

Entretanto, não conheço do documento da fl. 439, por extemporâneo.

Deixo de analisar a arguição formulada pela demandada - que pretendia conferir efeito suspensivo ao recurso ordinário -, porquanto a matéria já foi apreciada em Ação Cautelar - proposta por ela -, na qual foi conferido efeito suspensivo ao recurso ordinário em exame.

Conheço também da ação cautelar 00697-2009-000-12-00-0, apensada a estes autos, por ser incidental ao processo principal. Como o julgamento das ações é uno e indivisível, proceder-se-á ao julgamento conjunto das ações.

Conheço, por fim, do documento juntado pelo Ministério Público do Trabalho (fl. 439), porquanto se

trata de documento novo, posterior ao encerramento da instrução processual.

## RECURSO DA TRANSPETRO

### 1.PRELIMINARES

#### 1.1. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR

A demandada explicita às fls. 240 e seguintes que é uma sociedade anônima subsidiária integral da PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS, constituída na forma do art. 675 da Lei nº 9.478/1997 e do art. 251 da Lei nº 6.404/1976. Esclarece que a admissão dos empregados ocorre mediante processo seletivo público, cujas regras e condições são definidas corporativamente, por se tratar de empresa nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Requereu a remessa do processo investigatório à PRT da 1ª Região em virtude da existência do Procedimento Preparatório nº 236/2004, que trata da terceirização em geral no âmbito da TRANSPETRO em nível nacional, abrangendo, inclusive, o processo seletivo em comento. Nas contrarrazões apresentadas ao recurso adesivo interposto pelo demandante, a demandada noticia a existência de uma ação que tramita na 70ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, cujo objeto é o mesmo certame público questionado nesta ACP, na qual a sentença concluiu que as terceirizações firmadas pela demandada são regulares.

O art. 2º da Lei da Ação Civil Pública (nº 7.347/1985) prevê que "as ações previstas nesta Lei

serão propostas no foro do local onde ocorrer dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”.

No caso de danos que extrapolem uma dada região, o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, que positivou a defesa dos direitos individuais homogêneos, além dos difusos e coletivos, possui dispositivo expresso resolvendo a questão nos seguintes termos:

Art. 93. Ressalvada a competência da justiça federal, é competente para a causa a justiça local:

I - no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

**II - no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional,** aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente (grifei).

Assim, ante a especificidade do dispositivo supratranscrito é de ser aplicado em oposição ao art. 2º da Lei nº 7.347/1985.

No caso em exame, os efeitos da decisão pretendida ultrapassam o território catarinense na medida em que o concurso realizado (ora questionado) tem âmbito nacional e foi noticiada a existência de procedimento investigatório ou de ações em outras unidades

da federação com o mesmo objeto, circunstância que impõe a competência do foro do Distrito Federal para julgar a presente demanda, conforme prevê o código de defesa do consumidor, aplicável ao caso por ser regular a matéria de forma mais específica.

Esse é também o posicionamento do TST, consubstanciado na OJ nº 130 da SBDI-2 daquela Corte:

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. EXTENSÃO DO DANO CAUSADO OU A SER REPARADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 93 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.** DJ 04.05.2004. Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito suprarregional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

No mesmo sentido é o entendimento uníssono deste Regional acerca da matéria:

Processo: Nº: 09221-2007-026-12-00-5  
Ementa: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. FORO DO DISTRITO FEDERAL. DANO DE ABRANGÊNCIA SUPRARREGIONAL. APLICAÇÃO DA OJ nº 130 DA SDI-2 DO TST.**

"Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito suprarregional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal" (Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI-2 do Tribunal Superior do Trabalho). (Acórdão Imagem do Documento - Juiz Garibaldi T. P. Ferreira - Publicado no TRTSC/DOE em 08-10-2009).

Processo: N°: 09232-2007-034-12-00-0  
Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO SUPRARREGIONAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. DISTRITO FEDERAL. "Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito suprarregional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal" (OJ nº 130 da SDI-2 do TST). (Acórdão -

Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa -  
Publicado no TRTSC/DOE em 09-07-2009).

Processo: N°: 09230-2007-034-12-00-0  
Ementa: EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.  
CRITÉRIO EM RAZÃO DO LUGAR. INTERESSES  
METAINDIVIDUAIS. EXTENSÃO SUPRAREGIONAL  
DO DANO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO  
TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL. "Para a  
fixação da competência territorial em  
sede de ação civil pública, cumpre tomar  
em conta a extensão do dano causado ou a  
ser reparado, pautando-se pela incidência  
analogica do art. 93 do Código de Defesa  
do Consumidor", sendo de competência do  
foro do Distrito Federal quando o âmbito  
da lesão for supraregional ou nacional,  
nos termos da OJ n° 130 da SDI-II do TST.  
Foi exatamente com a finalidade de  
preservar a unidade do objeto tutelado,  
que em caso de provimento positivo será  
estendido a todos os interessados,  
evitando decisões contraditórias diante  
de situações coletivas, que optou o  
legislador, no caso de lesão  
supraregional ou nacional, pelo curso da  
ação no Distrito Federal. Apelo a que se  
nega provimento (Acórdão - Juiz Amarildo  
Carlos De Lima - Publicado no TRTSC/DOE  
em 11-11-2008).

Ressalto que, embora a incompetência  
territorial deva ser, a princípio, arguida pela parte  
interessada, sob pena de prorrogação competencial, em se

tratando de ação civil pública, onde o interesse de preservação da autoridade das decisões judiciais e também da respectiva uniformidade deva ser preservado, não apenas é possível como indicada a pronuncia *ex officio* pelo juiz.

No caso vertente, em se mantendo a possibilidade de diversos juízos, por todo o Brasil, decidirem acerca de projeções locais do mesmo fato, grande seria a possibilidade de decisões contraditórias, reduzindo a segurança jurídica e desprestigiando a autoridade do Poder Judiciário.

No caso dos autos, a ré pretendeu declinar o Foro do Rio de Janeiro que, nos termos da lei, não tem competência nacional para decidir a matéria, não havendo falar em prevenção para examinar a presente ação.

Por tais fundamentos, entendo deva ser pronunciada a incompetência territorial deste Juízo para julgar a presente demanda e determinada a remessa dos presentes autos ao Serviço de Distribuição de Feitos da 1ª Instância de Brasília/DF, foro competente para processar e julgar a presente ação civil pública, do que também decorre a nulidade sentença revisanda, sem prejuízo de eventual refazimento de atos ou de reabertura da própria instrução processual pelo Juízo competente.

Entretanto, esse voto é vencido pela maioria dos membros da Câmara, que considera, em síntese, tratar-se de lide circunscrita aos limites da 12ª Região, especialmente no que diz respeito à tese da **nulidade das subcontratações aqui celebradas quanto no que tange à**

exigibilidade de nomeação dos candidatos aqui aprovados, onde também está definida a competência de atuação do autor da ação, o Ministério Público do Trabalho da 12ª Região.

A corrente vencedora aplica a tese de que a competência é local com base nos arts. 2º da Lei nº 7.347/1985 e 93, I, Lei nº 8.078/1990, antes transcritas, o que é de evidente juridicidade, sem contar a efetividade, porquanto o acolhimento da exceção protrairia o resultado, aumentando, ainda mais, a vantagem que a ré experimenta em resistir ao cumprimento da lei.

Portanto, por maioria de votos, é rejeitada a arguição de incompetência territorial.

#### 1.2. NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

A ré alega essencialmente que foi presumida a ilicitude dos contratos de terceirização, o que não poderia ocorrer, pois a fraude deve ser provada, no seu entender, bem como que a sentença está baseada num único contrato, dizendo insuficiente o exemplo utilizado do ponto de vista probatório para se considerarem nulos todos os demais, inclusive porque ele não se refere à atividade-fim.

Sustenta ser necessária a prova pericial requerida para indicar um a um quais contratos dizem respeito efetivamente à atividade-fim, considerando impossível do ponto de vista probatório o convencimento por meio de amostragem no caso dos autos e inadequada a análise subjetiva exclusivamente com base no cotejo com o seu objeto social.

Insiste na necessidade da produção da prova pericial para demonstrar a realidade fática dos contratos firmados, afirmando que dizem respeito aos conhecimentos e atividades muito específicas de cada empresa contratada.

A definição do que constitui atividade-fim ou atividade-meio, ainda que no contexto do especial objeto social da ré, não exige outro conhecimento técnico que não seja o do próprio julgador, pois está a mercê do juízo de valor muito mais do que qualquer outro exame pericial.

É verdade que para esse fim o juiz pode valer-se do auxílio da prova pericial, mas a ela não estaria adstrito, nos termos art. 436 do CPC, estando, ademais, expressamente autorizado a indeferi-la pelo art. 420, II, também do CPC, especialmente no caso dos autos em que há elementos suficientes para o julgamento, especialmente na defesa e no depoimento da única testemunha ouvida nestes autos, ela que foi indicada pela empresa e demonstrou grande conhecimento sobre o tema.

A prova pericial é exigível sempre que a decisão depender de um conhecimento técnico extrajurídico. O estabelecimento das atividades finalísticas de uma empresa, não é uma questão técnica, é uma questão jurídica, que depende do exame de seus atos constitutivos e, apesar deles, da efetiva atuação empresarial, porquanto às atividades contratualmente fixadas, podem ser acrescidas outras, pela "praxis", com a deturpação do contrato social, sem que disso possa resultar

prejuízos a terceiros, inclusive os trabalhadores.

Ademais, considerando que nenhuma dessas provas identifica exatamente quais e quantos são os contratos de terceirização, a prova pericial apresenta validade relativa, tendo sido suprida pelos demais elementos trazidos à colação, sem contar que, ainda é possível sua realização em sede de liquidação de sentença, o que é, inclusive, indicado pela economia processual.

Explica-se, como a ré afirmar que todas as suas atividades são apenas atividades-meio, o que não é juridicamente possível, o balizamento do que seja atividade finalística e atividade meio pode ser, perfeitamente, realizado em sede de liquidação, até porque, isto evitará a realização de provas inúteis ou desnecessárias, se o direito é, como afirma a ré, de tão grande controvérsia.

Deste modo, por entender que os elementos necessários à convicção já estão nos autos, de modo que a eventual necessidade de exatidão nesse aspecto pode perfeitamente ser suprida em liquidação por artigos, se subsistir a condenação, de nada exsurgindo cerceamento de defesa nestes autos, indicada a rejeição da preliminar.

Por isso, rejeito a prefacial suscitada.

### 1.3. NULIDADE DA SENTENÇA. PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL INCOMPLETA

A ré alega que não houve análise de

aspectos cruciais da defesa, entre eles o fato de que o processo seletivo público PSP 01/2005 "serviu exclusivamente para constituição de cadastro de reserva" (fl. 374), o que, no seu entender, faz ruir a pretensão e a condenação, pois não há direito à nomeação automática, ainda que se considere irregular a subcontratação.

Também sustenta incompleto o exame sobre a multa diária imposta por força do descumprimento da obrigação de apresentar documentos capazes de comprovar a fiscalização dos contratos de prestação de serviços, dizendo não estar claro em que aspecto reside a falta de cumprimento dessa determinação, pois juntou tempestivamente farta documentação, e não haver termo final para imposição da referida multa.

Diz igualmente não haver fundamento legal, nem na Súmula nº 331 do TST, para o afastamento imediato de todos os prestadores de serviços, nem para que se suspendam os contratos de prestação de serviços, e não existir explicitação de quais seriam os efeitos disso, entendendo que o reconhecimento de eventual irregularidade dos contratos implicaria a sua nulidade, e não a sua suspensão.

Acresce faltar fundamento para a indisponibilidade do valor que representa a soma das parcelas faltantes dos pagamentos dos contratos firmados, com possível bloqueio, em caso de não suspensão dos contratos, dizendo que não saberia como cumprir a decisão nesse aspecto.

Finalmente diz não haver fundamento sobre a contradição quanto ao item "d" da condenação, relativo à abstenção de contratar autônomos e de promover a terceirização na atividade-fim e na atividade-meio, quando presentes os requisitos do vínculo de emprego, alegando que a condenação é subjetiva, não distingue um tipo de atividade da outra e cerceia a aplicação da Súmula nº 331 do TST que não veda a contratação de autônomos e não faz menção à atividade-fim.

Conclui que o exame dos requisitos do art. 3º da CLT há de ser feito individualmente, e não subjetiva e hipoteticamente, entendendo que não houve prestação jurisdicional sobre todos esses aspectos, que foram objeto dos embargos declaratórios na origem.

Vejamos ponto a ponto os argumentos.

Diversamente do que alega a ré, houve exame sobre a alegação de que o concurso público serviu somente para a formação de cadastro de reserva, o que foi entendido inclusive com um elemento da confissão da irregularidade reconhecida.

Quanto ao descumprimento da obrigação de apresentar documentos ou demonstrar o dever de fiscalização das empresas contratadas por meio deles, a sentença é clara quando destacou que a ré "não apresentou a nominata dos trabalhadores terceirizados ou que lhes prestam serviços com outras denominações por interposta pessoa e tampouco quantificou-os e especificou as funções por eles exercidas" (fl. 327).

No que tange a inexistência de fundamento legal para autorizar o afastamento imediato de todos os prestadores de serviços, melhor sorte não lhe assiste, pois, ao contrário do que afirma a ré, a Lei nº 7.102/83 permite a terceirização de serviços em atividades relacionadas a vigilância, guarda e transporte de valores, sem pessoalidade e subordinação jurídica, e não a contratação temporários de trabalhadores para desempenhar atividade fim da empresa. No caso, manutenção dos equipamentos e embarcações utilizadas pela ré para transporte de petróleo e seus derivados, conforme prova oral produzida às fls. 316-317.

No que tange a ausência de fundamento para tornar indisponível os valores destinados ao pagamento dos contratos firmados, ante a sua suspensão, também não tem razão o recorrente, pois o dispositivo da sentença é por deveras explícito quando determinou a suspensão dos pagamentos de terceirizados que exercem funções abrangidas pelos cargos para os quais houve certame público. Em outras palavras, onde a própria ré abriu concurso público, ainda que para formação de cadastro de reserva, reconheceu ser a atividade finalística, tacitamente; *contrario sensu* seria necessário reconhecer que praticou, com dispêndio de dinheiro público, um certame para atividades que não deveria, nem pretendia contratar ninguém.

Quanto ao argumento de que não há motivação na sentença quanto a abstenção de contratar autônomo e de promover a terceirização, quando presentes os requisitos do vínculo de emprego, bem como quanto a alegação de que o exame dos requisitos da relação de

emprego deva ser feita individualmente, as matérias são afetas ao mérito da causa, momento em que serão apreciadas.

Por isso, rejeito a prefacial suscitada.

#### 1.4. ILEGITIMIDADE DO MPT. AUSÊNCIA DE INTERESSE DIFUSO E COLETIVO

Não só há interesse difuso e coletivo dos integrantes do rol de aprovados no processo de seleção pública PSP 01/2005, preteridos por força de subcontratações irregulares, segundo a tese da petição inicial, como amplo interesse da sociedade, tendo em vista ser objeto desta ação civil pública a defesa do ordenamento jurídico, especialmente no que toca aos preceitos aplicáveis à administração pública, entre eles os do art. 37 da Constituição da República.

Não realizar concurso público fere direitos homogêneos de todos os candidatos de verem aberta a possibilidade de ingressar nos quadros da ré. Fere direitos difusos de todos os possíveis candidatos de verem aberta idêntica possibilidade. Fere direitos de toda a coletividade de ver as empresas públicas observando preceitos que encontram assento constitucional e que visam afastar a pessoalidade e garantir a eficiência e a legalidade estrita, preocupações inexistentes ou ao menos inexigíveis nas empresas privadas.

Terceirizar fora dos limites da lei é fazer tabula rasa de todas as normas que regem a admissão no serviço público e a própria administração da coisa

pública, abrindo caminho para desvios, favorecimentos e prejuízos decorrentes da ineficiência, porquanto o concurso visa, ao menos em tese, a contratação dos mais aptos.

Nesse aspecto, é necessário adiantar resposta à alegação de mérito apresentada pela recorrente sobre o seu enquadramento como sociedade anônima não integrante de administração pública indireta, a respeito do que ela tem razão.

A própria ré alegou, na manifestação ao Procedimento Investigatório nº 191/2007 que, sendo uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, segundo os seus atos constitutivos (fl. 146), "integra a administração pública indireta por extensão" (fl. 241). Afinal, atas de assembleias gerais da ré também esclarecem que a PETROBRAS é a sua única acionista (fls. 153 e 156).

A ré assim, por um lado arvora-se da condição de empresa privada, coisa que seria absolutamente desnecessária se atendesse todas as diretivas impostas às empresas públicas; por outro lado, reconhece a condição de empresa pública, porque, em algum grau, quer se ver premiada com as benesses concedidas à Fazenda, pela legislação. Quer, em resumo, ver a convivência do direito público e do direito privado, apenas no que lhe favorece, alijando-se as normas que impeçam sua gestão com a mobilidade e liberdade próprias das instituições privadas.

Assim, rejeito essa preliminar.

## 2. MÉRITO

2.1. LEGALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO E VIOLAÇÃO DO ART. 5º, INC. II, DA CF

A ré objetiva a reforma da sentença que entendeu como sendo relacionada a atividade fim a contratação de serviços por empresas terceirizadas, uma vez que inexistente restrição legal para terceirização de serviços, pois amparar-se em jurisprudência, além de violar o poder de gestão empresarial, atenta contra a ordem constitucional vigente, ante a restrição de atividades dos particulares.

Não lhe assiste razão.

A terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade empresarial deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, a terceira, seja pela desativação parcial ou total de setores produtivos ou seja pela contratação de uma ou mais empresas que alocam trabalhadores para a execução de algum tipo de serviço no interior da empresa contratante, com o fim de reduzir custos, e, no presente caso, indiretamente, ajudar a PETROBRÁS a conquistar novos mercados, sendo este último tipo que prevalece na TRANSPETRO.

A regra, no direito pátrio, é a contratação direta. A exceção, consentida em casos expressamente autorizados em lei, é a terceirização.

Se, por um lado, a vedação total à terceirização pode desfocar a administração empresarial e impedir-lhe que gaste forças e recursos em suas atividades

finalísticas, por outro lado, a generalização implica sempre em precarização. Terceirizar é sempre sinônimo de precarizar, porquanto encontra-se na cerne do instituto, reduzir, em algum grau, despesas, inclusive as despesas com pagamento de pessoal.

O que deve levar à admissão da terceirização é sempre uma especialidade diversa do objeto social da empresa, aliada a um caráter de não permanência, salvo os casos expressos em que a lei o autoriza (vigilância, limpeza e transporte de valores).

Admitir o uso indiscriminado da terceirização é fazer prevalecer o instituto que os europeus chamam de "deslaboralização" que é o afastamento do direito do trabalho, ou sua aplicação seletiva e precária, sempre em prejuízo do trabalhador.

Feita essa consideração inicial, sem mais delongas, passo a análise do mérito propriamente dito.

A ré, TRANSPETRO, tem como objeto da sociedade, conforme consta na cópia da escritura de constituição societária (Volume I da AC 00629-2008-036-12-00-0 - fls. 56-62), o seguinte: **I - as operações de transporte e armazenagem de granéis, petróleo e seus derivados de gás em geral, por meio de dutos, terminais ou embarcações próprias ou de terceiros; II - o transporte de sinais, de dados, voz e imagem associados às suas atividades fins; III - a construção e operação de novos dutos, terminais e embarcações, mediante associação com outras empresas, majoritária ou minoritariamente, a**

participação em outras sociedades controladas e coligadas, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas". (grifei)

Por sua vez, o contrato de prestação de serviços firmado com a empresa Alpina Briggs Defesa Ambiental S.A. (VI Volume de documentos das fls. 93-136) prescreve na cláusula primeira como objeto do contrato "a execução, pela **CONTRATADA**, sob regime de empreitada por preços unitários, dos **serviços de operação e manutenção básica dos equipamentos e embarcações** em Centros de Respostas a Emergências - CRE, da **TRASPETRO**, de conformidade com os termos e condições aqui estipulados e no Memorial Descritivo MD-4000.00-8320-913-PTD-001, **ANEXO 1** deste instrumento". (destaquei). Quem faz a construção, deve fazer também a manutenção das embarcações, porque isso é reflexo da própria garantia do produto; note-se ainda que, a ré poderia, por força de seu próprio ato constitutivo, ter constituído ou ter participação em empresa com essa finalidade.

Já o contrato de terceirização pactuado com a empresa JB Marine Service Ltda. (VII Volume de documentos das fls.156-205) possui como objeto do contrato "a execução, pela **CONTRATADA**, sob regime de empreitada por preços unitários, dos **serviços de atendimento a navios-tanque, transporte de passageiros e cargas, operação e manutenção preventiva e corretiva de embarcações** do Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul". (sem grifo no original). O transporte de passageiros e cargas constitui o próprio núcleo do objeto social da ré.

Ora, comparando-se a atividade fim da TRANSPETRO com os objetivos da execução dos serviços pelas contratadas, sem sombras de dúvidas estamos diante de terceirizações de serviços permanentes e essenciais à atividade fim da recorrente, e não, como alega a ré, atividade meio, em flagrante desrespeito a legislação aplicável à espécie.

Com efeito, a Lei nº 7.102/83 que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, autoriza, expressamente, a terceirização dos serviços de vigilância, guarda e transporte de valores, bem como em relação aos serviços de asseio e conservação. Nesse sentido é o quinto grupo do quadro anexo previsto no art. 577 da CLT<sup>1</sup>.

Por seu turno, a Súmula nº 331, inc. III<sup>2</sup>, do TST alargou os casos passíveis de terceirização de serviços, quando estabeleceu a inexistência de vínculo de emprego com o tomador de serviços, desde que não exista a pessoalidade e a subordinação jurídica direta.

Não sendo o caso dos autos, pois a manutenção dos equipamentos e das embarcações para o

---

# 1

2 Súmula nº 331, inc. III do TST. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE. III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

transporte de petróleo e seus derivados eram prestados de forma pessoal e com subordinação jurídica para a recorrente, bem como para a PETROBRÁS, conforme pode-se constatar através do seguinte depoimento da Sra. Gislene Pinheiro Vilella (fls. 316-317):

[...], em Santa Catarina há instalações da requerida em São Francisco do Sul, Itajaí e Biguaçu; existe na requerida um programa de primeirização, desde 2006, isto é, primeirização de mão de obra da atividade fim, que é operação e manutenção; (...) em Santa Catarina, existem trabalhadores nas seguintes áreas: operação (técnicos que recebem o curso de formação da própria requerida), serviços administrativos (pessoal de nível médio, treinado pela própria requerida), transportes (serviços terceirizados de motorista, não há cargo de motorista no PCS), alimentação (serviços terceirizados), manutenção (técnicos com formação dada pela requerida em razão da peculiaridade da atividade) e os de nível superior (engenheiros, administradores, médicos, advogados); (...) **a requerida teve necessidade de formar um grupo seu de trabalhadores para as atividades fins, eis que, com a criação da requerida, foram cedidos empregados da PETROBRÁS, que, pela idade, já estão se aposentando e como não poderiam parar as atividades,**

**eles continuavam a trabalhar como terceirizados; e a partir de então, foi feito um estudo para começar a contratar mais pessoal para as demais áreas (não atividade-fim)[...].** (sem grifo no original)

Diante desses fatos, conforme bem caminhou a decisão primeira, pode-se concluir: "[...], que a requerida utilizou-se, na maior parte da primeira década de sua existência, de empregados da PETROBRAS, para execução da sua atividade fim (manutenção e operação, segundo o próprio testemunho), mas, **com o passar do tempo e amadurecimento desse pessoal, terceirizou os serviços realizados por estes, em total afronta à lei e ao entendimento jurisprudencial sumulado (Súmula nº 331 do c. TST)**". (grifei)

Assim, não restam sombras de dúvidas de que os empregados da PETROBRÁS que realizavam serviços inerentes a atividade fim da TRANSPETRO, devido aos jubilatatos, permaneceram laborando para ela na qualidade de "terceirizados", sejam como prestadores de serviços ou como empregadores, em flagrante desrespeito aos preceitos celetista, na medida em que mascararam uma verdadeira relação de emprego, já que no Direito do Trabalho impera o Princípio da Primazia da Realidade, em detrimento do formalismo.

Para essa matéria colaciono os seguintes arestos exarados neste Regional:

USO DE EMPRESA INTERPOSTA PARA CONTRATAR

TRABALHADORES DA ATIVIDADE-FIM. ILEGALIDADE. Dispõe o inc. III da Súmula nº 331 do TST: Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20-6-83), de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação direta. Conquanto esse inciso se refira às situações em que é permitida a terceirização, é possível concluir de sua leitura ser ilegal o uso de empresa interposta para contratar trabalhadores da atividade-fim da empresa tomadora<sup>3</sup>.

CONTRATO DE TRABALHO. TERCEIRIZAÇÃO. VÍNCULO DE EMPREGO. O Enunciado nº 331 do TST que trata da terceirização ou da subcontratação de mão-de-obra permite a contratação de trabalhadores por interposta pessoa, sem colisão com os preceitos contidos nos arts. 2º e 3º da CLT, desde que eles não desenvolvam atividade-fim, mas prestem serviços de apoio e complementares (atividade-meio) à finalidade do tomador e também que não resultem demonstradas a pessoalidade e a subordinação direta ao beneficiário do serviço, ou seja, os requisitos da

---

**3** [Acórdão](#) - Juíza Águeda Maria L. Pereira - Publicado no TRTSC/DOE em 18-03-2009.

relação de emprego<sup>4</sup>.

No que tange a alegação de que inexistente ilegalidade o fato da PETROBRÁS ter cedido empregados para a TRANSPETRO, pois trata-se de grupo econômico, além deles serem concursados, melhor sorte não socorre a insurgente, pois tratam-se de **empregados aposentados**, que, no mínimo, para continuar trabalhando deveriam ter prestado concurso público de provas e títulos, conforme exigência legal insculpida no art. 37, inc. II, da CF), a demandada é uma subsidiária da PETROBRAS que é uma sociedade de economia mista, e não uma sociedade anônima de direito privado.

Nesse pensar a decisão primeira caminhou bem quando fundamento as razões de decidir da seguinte forma (fl. 326):

Desrespeitou, a requerida, norma constitucional clara e precisa a respeito da necessidade da realização de concurso público para admissão de empregados, inclusive, das empresas públicas e sociedades de economia mista (art. 37, inc. II, da CF/88).

Sendo, a requerida, subsidiária integral da PETROBRÁS, notoriamente sociedade de economia mista, também a demandada estava

---

<sup>4</sup> [Acórdão1019/2006](#) - Juiz Roberto Basilone Leite - Publicado no DJ/SC em 27-01-2006 , página: 222.

sujeita à observância de tal regra constitucional.

Tal entendimento fica claríssimo ao se interpretar o inciso II conjuntamente com o inciso XVII do mesmo art. 37 da Carta Magna. Ora, se é vedada, expressamente, a cumulação de empregos nas subsidiárias das sociedades de economia mista (inciso XVII), certo é que a acessibilidade a tais empregos deverá ocorrer mediante concurso público. Seria totalmente desnecessária a proibição da cumulação de empregos nas subsidiárias das sociedades de economia mista, como é o caso da demandada, se esses empregos não fossem públicos e decorrentes, logicamente, da aprovação em concurso público.

.....

Alinho-me ao entendimento de que a subsidiária da sociedade de economia mista, desde que existente autorização legislativa para sua criação, consiste em sociedade de economia mista de segundo grau e está sujeita, sim, ao princípio constitucional da acessibilidade aos empregos públicos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

Isto é, será sociedade de economia mista também aquela que for instituída, por entidade da administração indireta (empresa pública ou sociedade de economia

mista), em razão de autorização legislativa pertinente, assegurado sempre o controle acionário por parte da entidade instituidora.

Dessarte, as sociedades 'satélites', 'filiais' ou 'subsidiárias', instituídas, em tais pressupostos, pelas sociedades de economia mista 'matrizes', são, ao meu ver, sociedades de economia mista, ditas de segundo grau integrantes da Administração Pública Indireta.

No que tange a violação do art. 5º, inc. II, da CF, é justamente este dispositivo constitucional que a ré violou, ou seja, não há previsão legal para contratação de empresas terceirizadas para prestarem serviços relacionados com a atividade fim, salvo as exceções já mencionados alhures.

Em conclusão, ao contrário do que afirma a demandada, as empresas terceirizadas que contratou, desenvolvem atividades relacionadas com a sua atividade fim, o que implica na ilegalidade da contratação, devendo, assim, a sentença ser mantida neste aspecto.

## 2.2. CONCURSO PÚBLICO PARA CADASTRO DE RESERVA.INTERFERÊNCIA NA GESTÃO DA EMPRESA

A recorrente postula a decretação de validade do concurso público realizado para a formação de

cadastro de reserva, uma vez que demonstrada a inexistência de qualquer irregularidade e porque o PSP 01/2005 foi realizado para constituição de cadastro de reservas, sob pena do Poder Judiciário interferir no poder diretivo da empresa, mormente pelo fato de lhe caber, segundo critério de conveniência e oportunidade, a viabilidade e a possibilidade da contratação dos candidatos aprovados nos processos seletivos públicos.

Não merece guarida o pedido.

Os documentos das fls.34-43 do I Volume de documentos, Processo Seletivo Público, Edital nº 01/2005, noticiam aos autos que a TRANSPETRO, subsidiária da PETROBRÁS, tornou público a realização de processo seletivo e cadastro de reservas mediante condições estabelecidas no edital.

No item 1 consigna que "os candidatos inscritos nas Agências da ECT concorrerão às vagas disponíveis para **formação de Cadastro de Reserva** e farão as provas na mesma cidade onde fizeram a inscrição". (sem grifo no original)

Diante dessa constatação, não restam sombras de dúvidas de que efetivamente a seleção dos candidatos do concurso tinha como fim a criação de um cadastro de reserva, com o aproveitamento dos candidatos aprovados em face das necessidades da empresa.

Entretanto, o cerne da questão não diz respeito a validade da formação de um cadastro de reserva de candidatos previamente aprovados em concurso público,

mas sim o fato de que a demandada, TRANSPETRO, **ao invés de admitir (posse e exercício) destes candidatos, resolveu contratar empresas de prestações de serviços (terceirização)**, onde os empregados eram ex-funcionários da PETROBRÁS, bem como os dirigentes destas empresas, em flagrante ilegalidade, já que prestam serviços relacionados com a atividade fim da demandada.

Assim, não há falar em intervenção na administração e/ou gestão da empresa-demandada, já que a questão diz respeito a legalidade de contratação de empresas de prestações de serviços (terceirização), e a não admissão de candidatos aprovados em certame público.

Quanto ao argumento de que a interrupção brusca dos contratados de prestação de serviços ocasionará muitas dispensados de trabalhadores, além de sérios prejuízos a empresa, pois o chamamento de todos os concursados geraria diversas despesas que teria que suportar, melhor sorte não socorre a recorrente, pois a recorrente se tivesse substituído gradativamente os "terceirizados", não teria que arcar com problemas, seja de operacionalidade, seja de despesas financeiras. Aliás, se a Transpetro estivesse preocupada com despesas financeiras, não teria gasto nos últimos três anos na região nordeste em torno de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

No que tange a alegação de que o MPT não comprovou de forma contundente a ilicitude da cada contrato firmado pela recorrente, ônus que lhe competia, além da legalidade da formação de cadastro de reserva, principalmente pelo fato de ter chamado vários concursados,

também neste aspecto os argumentos são frágeis, já que, ao contrário do que afirma, restou comprovado, conforme exposto alhures, que a contratação de empresas terceirizadas, conforme análise dos contratos agregados, são ilegais e, quanto aos concursados, o número que a demandada "chamou" é insuficiente para substituir os "terceirizados".

Com efeito, essa prática a empresa vem adotando em vários estados brasileiros, conforme pode-se verificar através das seguintes manchetes publicadas nos jornais regionais obtidas através do site [www.google.com.br](http://www.google.com.br), sob o título TRANSPETRO E TERCEIRIZAÇÃO:

Transpetro gasta R\$100 milhões com terceirizados no Nordeste" (Jornal de Alagoas): O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Alagoas ajuizou ação civil pública com pedido de antecipação de tutela (antes do julgamento do mérito) contra a Petrobrás Transportes S.A, pelo fato de a empresa efetuar ilicitamente a terceirização de trabalhadores, por meio de contratos de prestação de serviços. Além da ilegalidade de não nomear candidatos aprovados em concurso, os gastos com as empresas contratadas para o Nordeste, nos últimos três anos, somam quase R\$100 milhões.

Para o Procurador do Trabalho Luciano Carlesso, há provas suficientes que a prática de contratação de terceirizados, em detrimento de aprovados em concurso

público, além da não realização de certame para todos os empregos que a empresa necessita, já se tornou algo rotineiro. Por isso, o MPT está pedindo a substituição imediata de 43 empregados terceirizados [...]”.

“Ministério Público do Trabalho consegue junto à justiça que Transpetro suspenda terceirizações (Jornal de Recife de 05-02-2010): “O pedido de antecipação de tutela feito pelo Ministério Público do Trabalho em processo movido contra a Transpetro foi aceito pela Justiça do Trabalho. A empresa deve convocar e nomear os candidatos aprovados no concurso público aberto em 2005 para imediata substituição dos terceirizados ilegais. Além disso, deve abster-se de contratar, autorizar ou tomar mão-de-obra terceirizada.

De acordo com a Procuradora do Trabalho, Maria Auxiliadora Sá, a ação civil pública perpetrada tem como objetivo resguardar o direitos dos trabalhadores aprovados no processo seletivo, dentro do prazo de validade do certame, que se estenderá até 19 de março deste ano. Conforme acompanhamento do cadastro de reserva, foi verificada que pouquíssimos candidatos foram convocados desde a época da homologação do concurso, em 31 de março de 2006.

Se a empresa transporta e armazena petróleo e derivados, biocombustíveis e gás natural, deve possuir um quadro de pessoal seu para desempenho das atividades, sobretudo quando se trata de uma empresa subsidiária de sociedade de economia mista, integrando a administração pública indireta, onde deve prevalecer o concurso público, ressalta a procuradora".

"Terceirizados na Transpetro" (Jornal do Rio de Janeiro): Em agosto de 2008, O MPT ajuizou ação civil pública requerendo a substituição dos terceirizados por concursados, tendo em vista que havia candidatos aprovados em concurso ainda em vigência e que aguardavam nomeação. Cerca de 1,3 mil vagas estavam sendo ocupadas por trabalhadores de outras empresas. A ação foi proposta pelo Procurador do Trabalho Marcelo José Fernandes da Silva.

Segundo o procurador, apesar da realização de concursos para várias funções, a Transpetro tem preterido os aprovados com a contratação de terceirizados. Isso demonstra a necessidade e a demanda pelo serviço público a ser realizado, de modo que aqueles profissionais já selecionados, deveriam ser efetivamente convocados.

"Tribunal Regional do Trabalho - PB obriga Transpetro a contratar concursado

(Jornal da Paraíba): Uma decisão da Justiça do Trabalho da Paraíba ([www.trt13.jus.br](http://www.trt13.jus.br)) obrigou a Transpetro, subsidiária da Petrobrás, a contratar e oferecer curso de treinamento específico para um candidato que ficou com a segunda colocação em Concurso Público. A empresa realizou Concurso Público para a contratação de empregados e ofereceu vinte vagas para cadastro de reserva na Paraíba para a função de Técnico de Dutos.

Conforme dados do processo, a Transpetro só contratou o candidato que ficou em primeiro lugar para as vagas aqui na Paraíba, deixando expirar o prazo de validade do concurso sem admitir ninguém. O reclamante, segundo lugar no concurso, denunciou que embora não tenha contratado os concursados, a subsidiária da Petrobrás estava utilizando mão-de-obra terceirizada para realizar atribuições que seriam próprias da função Técnico de Dutos.

Diante de todas essas ponderações, forçoso negar provimento ao recurso na matéria.

### 2.3. MULTA DIÁRIA APLICADA POR DESCUMPRIMENTO DE LIMINAR

A insurgente objetiva a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa diária por

não ter comprovado os recolhimentos do FGTS, previdenciários e do seguro de acidente de trabalho de todos os terceirizados, já que não é empregadora dos prestadores de serviços.

Não deve prosperar o pedido, ante ao descumprimento pela demandada de obrigação de fazer, na medida em que não agregou documento que comprove "a existência de seguro contra acidente de trabalho, os recolhimentos do FGTS e das contribuições previdenciárias de todos os trabalhadores que lhe prestam serviços no Estado de Santa Catarina, por força de contratos de prestação de serviços por ela firmados e vigentes e fiscalize o adimplemento das obrigações sociais das pessoas jurídicas com quem mantém contratos de prestação de serviços neste Estado, especialmente, empresas de conservação, vigilância e limpeza, fazendo o pagamento a estas empresas somente mediante apresentação, pelas contratadas, de documentos comprobatórios da quitação dos salários, do FGTS e do INSS dos seus empregados, sob pena de pagamento de multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais), no caso de descumprimento de quaisquer das obrigações de fazer ora impostas, que reverterá em favor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e/ou instituições filantrópicas ou públicas de assistência ao trabalhador, a serem indicadas, posteriormente" (AC 00697-2009-000-12-00-0 - fls. 233-234).

Quanto ao argumento de que não é empregadora dos terceirizados, motivo pelo qual não tem condições de apresentar a documentação determinada, não é desculpa aceitável, já que é responsável de forma

subsidiária, devido a sua culpa *in eligendo* e *in vigilando*, mormente pelo fato, conforme destacado à fls. 233v na ação cautelar, a demandada tinha conhecimento das irregularidades alegadas pelo Ministério Público do Trabalho desde a instauração do procedimento investigatório no ano de 2007.

Ademais, conforme destacado na sentença à fl. 327:

[...], a requerida cingiu-se a apresentar comprovantes de recolhimento do FGTS dos empregados da fornecedora dos serviços (Alpina Briggs Defesa Ambiental S/A) referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2008 e, mesmo assim, sem as respectivas relações dos empregados, a fim de possibilitar a correção dos depósitos efetivados.

Ao se manifestar a respeito da liminar pretendida nestes autos, limitou-se a dizer, a requerida, que 'por certo, os empregadores recolhem regularmente a cota fundiária e previdenciária de seus empregados' (fl. 257).

Todavia, não comprova, por exemplo, a existência de seguro contra acidentes relativamente aos empregados contratados pela JB MARINE SERVICE LTDA (contrato nº 4600004398).

Aliás, nesse mesmo contrato, há previsão para apresentação pela contratada de

relação nominal de todos os seus empregados que executarão os serviços (cláusula 2.3.3, à fl. 158 do 7º volume de documentos da AC 269/2008), o que se presume não cumprido, eis que tal relação não foi apresentada pela demandada a este Juízo.

Constato, portanto, atitude relapsa da requerida, que não mantém rígida fiscalização do cumprimento pelas ditas fornecedoras de serviços de obrigações trabalhistas primordiais, como, por exemplo, o recolhimento do FGTS, merecendo, assim, tal comportamento negligente o repúdio pelo Poder Judiciário.

Consequentemente, em sede de liquidação de sentença, calcule-se a multa diária já fixada (fl. 480 verso) e ora ratificada, pelo descumprimento, pela requerida, da obrigação de fazer [...].

Dessa forma, nego provimento ao apelo no aspecto.

#### 2.4. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

A apelante requer a reforma da decisão que determinou a expedição de ofício ao Ministério Público Federal para apuração de responsabilidade pessoal do Presidente da empresa, na medida em que inexistente qualquer irregularidade praticada pela recorrente.

Irretocável a sentença que determinou a expedição de ofício ao Ministério Público Federal para apuração de responsabilidade pessoal do Presidente da recorrente, ante ao descumprimento de determinação judicial de obrigação de fazer, por autorização legal insculpida no art. 330 do Código Penal<sup>5</sup>.

Por isso, nego provimento ao recurso no tópico.

## 2.5. DANO MORAL COLETIVO

A recorrente pleiteia a sua absolvição quanto a condenação ao pagamento da indenização por dano moral coletivo no valor de R\$5.000.000,00, uma vez que não restou comprovada qualquer prática capaz de ensejar o dever de indenizar, ainda mais a coletividade, na medida em que se houve dano, foi aos prestadores de serviço.

Não lhe assiste razão.

Ensina Carlos Alberto Bittar Filho<sup>6</sup>, "se o indivíduo pode ser vítima de dano moral não há porque não o possa ser a coletividade. Assim, pode-se afirmar que o dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira

---

5 Art. 330 do CP. Desobedecer a ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

6 BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Pode a Coletividade Sofrer Dano Moral? In Rep. IOB, Jurisprudência 3/12/290.

absolutamente injustificável do ponto de vista; que isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto material”.

“O dano moral, por ter previsão constitucional (artigo 5º, V e X) e por ser uma das facetas da proteção à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF) adquire caráter publicista e interessa à sociedade como um todo, portanto, se o dano moral atinge a própria coletividade, é justo e razoável que o Direito admita a reparação decorrente desses interesses coletivos”.

Sendo justamente o caso dos autos, pois a ré mantém em vigor vários contratos de prestações de serviço (terceirização), mesmo possuindo um cadastro de reserva de várias pessoas aptas a assumirem seus postos, devido a aprovação em certame público.

Essa prática, além de causar prejuízo aos candidatos aprovados em concurso público, fere a Constituição Federal que determina à administração pública a observância dos Princípios da Impessoalidade e da Moralidade, o que implica a condenação da demandada ao pagamento de danos morais coletivos.

Ademais, conforme bem caminhou a sentença à fl. 327v:

Plausível a tese do requerente, a respeito do dano moral causado à coletividade, em razão da conduta ilícita da requerida que se utilizou de contratos

de natureza civil para mascarar verdadeiras relações de emprego que mantinha com diversos trabalhadores, em total afronta aos dispositivos constitucionais (art. 7º, incisos I, III, VI, VIII e XVI) e preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, além de terceirizar atividades essenciais e permanentes sem respaldo legal e inobservar a norma constitucional, no que concerne à necessidade de realização de concurso público (art. 37, inc. II, da CRB/88). Tais condutas da requerida, aliás, agredem direito social do trabalho previsto no art. 6º da Carta Magna e por tais fundamentos merecem o repúdio do Poder Judiciário. Aplicável, subsidiariamente, ao caso dos autos o art. 1º, inc. IV, da Lei nº 7.347/85, que prevê a responsabilidade por danos morais ou patrimoniais causados a qualquer interesse difuso ou coletivo. Considerando o caráter pedagógico que deve revestir a condenação e indenização por danos morais e o potencial econômico da requerida, fixo em R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) o valor da indenização por danos morais à coletividade a ser paga pela requerida, e esse montante deverá ser revertido em favor do Fundo de Direitos Difusos.

A ré é a maior empresa do país (nos últimos dias, foi ultrapassada, temporariamente, pela VALE,

por conta do mercado de ações).

O valor fixado é, ao meu ver, excessivamente módico para produzir qualquer efeito pedagógico, como se verá. Não há falar nem na exclusão, nem a redução da indenização.

Por isso, nego provimento ao apelo no aspecto.

#### 2.6. MINORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

A demandada busca a minoração do valor da indenização por danos morais, com observância da proporcionalidade entre o alegado dano, os valores indenizatórios e as provas produzidas, e não por qualquer outro critério subjetivo.

Não merece guarida a insurgência.

A indenização por dano moral não tem por finalidade ressarcir o dano, que equivaleria a eliminar o prejuízo, ante a impossibilidade de se mensurar o valor do sofrimento. Assim, a doutrina denomina a indenização por dano moral de compensatória.

O valor arbitrado a título de indenização tem a finalidade de *"neutralizar os sentimentos negativos, compensando-os com a alegria. O dinheiro seria apenas um lenitivo, que facilitaria a aquisição de tudo aquilo que possa concorrer para trazer ao lesado uma compensação por seus sofrimentos"*.<sup>7</sup> DINIZ,

---

<sup>7</sup> DINIZ, Maria Helena, in A responsabilidade civil por dano moral, R.

Maria Helena, in A responsabilidade civil por dano moral, R. Literária de Direito, São Paulo, jan/fev/96, pág.9)

Entretanto, ao mesmo tempo em que compensa o dano sofrido, deve este valor representar, ao ofensor, uma punição de natureza pedagógica, desestimulando a prática de novos atos que possam prejudicar os trabalhadores.

Não há na legislação vigente a fixação de critérios objetivos que permitam a quantificação do valor correspondente à indenização por danos morais. A jurisprudência, contudo, tem adotado como regra que o valor da indenização deve ser suficiente para minimizar o sofrimento ocasionado pelo ato ofensivo, devendo ainda ser observadas a extensão do dano, as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido. O arbitramento deve, portanto, considerar o caráter punitivo e coibir a reiteração da conduta ilícita da empresa, sem que resulte em enriquecimento sem causa da vítima.

Neste sentido, inclusive, já decidiu esta Corte:

DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO.

O dano moral, com a aparência do duplo caráter, reparatório e pedagógico, deve ser aquilatado com razões prudentes e critérios que não venham a ocasionar o enriquecimento dos lesados e nem a ruína

---

Literária de Direito, São Paulo, jan/fev/96, pág. 9.

do ofensor. Os parâmetros que se estabelecem e estão consagrados na doutrina e na jurisprudência majoritárias radicam na condição econômica dos lesados e do ofensor, no dano em si, na intensidade com que a dor se manifesta e no grau de culpa do ofensor. Relatora Juíza Lourdes Dreyer. Acórdão nº 14478/2006, publicado no DJ/SC em 26-10-2006.

A indenização deve ser fixada em um patamar que iniba a prática do ilícito e repare, ainda que parcialmente, os males morais.

Aliás, o Ministério Público do Trabalho em ação idêntica postulou a condenação da Transpetro, ante a terceirização ilegal, ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no importe de R\$5 milhões.

Essa matéria foi veiculada num jornal do Estado de Alagoas em 1º-09-2009, nos seguintes termos:

Para o procurador do Trabalho Luciano Carlesso, há provas suficientes que a prática de contratação de terceirizados, em detrimento de aprovados em concurso público, além da não realização de certame para todos os empregos que a empresa necessita, já se tornou algo rotineiro. Por isso, o MPT está pedindo a substituição imediata de 43 empregados terceirizados, a realização de concurso e

a condenação da Transpetro ao pagamento de indenização pelos danos morais coletivos, no valor de R\$5 milhões.

Note-se que, este processo deixa evidente que a ré não se emendou, nem pretende se emendar, o que justifica não a minoração (ou a exclusão da multa), mas sua majoração.

**In casu**, tenho por módico o valor fixado, tendo em vista, que a sentença condenou o réu ao pagamento da indenização equivalente ao valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), levando-se em consideração, a extensão do dano, o caráter pedagógico da indenização, bem como a capacidade financeira da empresa.

Por isso, nego provimento ao apelo na rubrica.

#### 2.7. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. MULTA DE 0,05%. CARÁTER PROTELATÓRIO

A ré postula a reforma da sentença que lhe condenou ao pagamento de multa, sob o argumento e que não opôs embargos declaratórios com o intuito procrastinatório, porque simplesmente exerceu o seu direito de defesa, já que a decisão é omissa em diversos pontos, bem como contraditória.

A condenação deve ser mantida, ante o caráter procrastinatório dos embargos declaratórios.

Assim, nego provimento ao recuso na matéria.

### 3. RECURSO ADESIVO DO MPT

#### 3.1. MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL COLETIVO

O *Parquet* busca a majoração do valor da indenização por danos morais, já que o valor atribuído na sentença é desproporcional ao porte econômico da empresa, ao prejuízo causado aos concursados e à sociedade, principalmente se forem consideradas as centenas de terceirizações procedidas e os contratos milionários firmados pela recorrente com as empresas prestadora de serviços.

Razão lhe assiste.

A Petrobrás e suas subsidiárias vem descumprindo, em todo o Brasil, de forma reincidente, como se estivesse à margem do ordenamento jurídico, o descumprimento de normas legais e constitucionais. Age como se o direito só existisse no limite e na proporção que lhe favoreça, como se fosse uma empresa privada, a quem fosse dado estabelecer o preço dos combustíveis e derivados em todo o país.

Seus lucros se multiplicam de forma exponencial, arcando o brasileiro com um dos combustíveis mais caros do mundo.

Fixar um valor módico, para quem não tem essa mesma preocupação com terceiros e ainda, reincide, reincide, reincide, sempre nas mesmas irregularidades, com o mesmo descaso e até um certo desdém (comporta-se como se

as decisões judiciais das instâncias ordinárias fossem algo de somenos importância ou valor, o que ficou claro na atitude dos patronos, quando se tentou a conciliação e mesmo quando, em gabinete, vieram reafirmar suas razões).

Fixar valores módicos é incentivar sua conduta absolutamente injurídica, a fazer escola para outras empresas públicas e até para grandes, médias e pequenas corporações privadas. Como uma empresa do príncipe, ela deveria ser a primeira a dar o exemplo, a primeira a primar pelo cumprimento da lei, até porque, se é verdade que a lei por vezes ignora a realidade, no caso da Petrobrás (e suas subsidiárias), sua condição financeira, administrativa e organizacional lhe permitiria, com folga, cumprir todos os requisitos legais e colocar-se como modelo de gestão pública eficiente.

Por fim, como referido alhures, a ré vem sendo multada pelas práticas ilícitas noticiadas nesse processo, em outros estados da federação, não tendo se comovido ou demovido do forte intento de manter a conduta ilícita, por todos os meios possíveis, o que justifica a majoração.

Para os padrões da Petrobrás o valor fixado é ínfimo; limitado contudo, pelo próprio pedido, acolho, integralmente, de indenização por danos morais coletivos, condenando a ré no pagamento de R\$20.000.000,00 (vinte milhões) de reais, corrigíveis e enriquecidos com juros desde a data da propositura da ação.

3.2. DANO MORAL INDIVIDUAL E DEVOLUÇÃO  
DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE TAXA DE  
INSCRIÇÃO

O MPT postula a condenação da ré ao pagamento de indenizações por danos morais individuais no valor de R\$20.000,00 para cada concursado, bem como a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, ante a comprovação da existência de terceirização ilegal e a insuficiência do número de candidatos aprovados chamados pela recorrente em decorrência da conduta ilícita praticada pela ré. Além da frustração de expectativa dos concursados em serem nomeados a cargos no serviço público.

Não deve progredir os pedidos.

Os danos morais coletivos já foram deferidos. Os danos morais individuais devem ser perseguidos pelos próprios interessados, porquanto também as peculiaridades individuais devem ser apuradas com observância do devido processo legal.

Referidos danos dependerão muito da situação pessoal de cada um dos ofendidos, sendo que, a fixação de um valor único, poderia criar distorções inadmissíveis. A apuração em liquidação, poderia retirar a eficácia da coisa julgada que se produzirá neste processo, com uma execução infundável, tormentosa e infrutuosa.

Quanto a devolução dos valores a título de taxa de inscrição, melhor sorte não assiste ao *Parquet*, pois o pedido é contraditório ao pleito de nomeação dos concursados.

Dessa forma, nego provimento ao apelo no item.

Como corolário lógico do acima expen-  
dido, casso os efeitos da liminar concedida nos autos da  
ação cautelar 00697-2009-000-12-00-0, diante da perda de  
objeto.

Pelo que,

**ACORDAM** os Juízes da Sexta Câmara do  
Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, por  
unanimidade de votos, **CONHECER DOS RECURSOS, BEM COMO DA  
AÇÃO CAUTELAR APENSADA AOS AUTOS**, e deixar de analisar a  
arguição formulada pela demandada - que pretendia conferir  
efeito suspensivo ao recurso ordinário -, porquanto a  
matéria já foi apreciada em Ação Cautelar - proposta por  
ela -, na qual foi conferido efeito suspensivo ao recurso  
ordinário em exame. Por maioria de votos, vencido o Exmo.  
Juiz Relator, rejeitar a preliminar de incompetência  
territorial deste juízo para julgar a presente demanda,  
suscitada de ofício pelo Exmo. Juiz Relator. Sem  
divergência, rejeitar as demais preliminares arguidas. No  
mérito, por igual votação, **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DA  
RÉ**. Por maioria de votos, vencida, parcialmente, a Exma.  
Juíza Viviane Colucci, **DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** para majorar o valor da  
indenização por danos morais coletivos para R\$  
20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com juros e  
correção monetária desde o ajuizamento. Como corolário  
lógico dos fundamentos dos recursos, **CASSAR OS EFEITOS DA  
LIMINAR CONCEDIDA NOS AUTOS DA AÇÃO CAUTELAR**

**00697-2009-000-12-00-0**, diante da perda de objeto. Arbitrar o valor provisório à condenação em R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), com custas de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), pela ré.

Intimem-se.

Participaram do julgamento realizado na sessão do dia 09 de novembro de 2010, sob a Presidência do Exmo. Juiz Jorge Luiz Volpato, os Exmos. Juízes Viviane Colucci e José Ernesto Manzi. Presente a Exma. Procuradora do Trabalho Ângela Cristina Pincelli.

Florianópolis, 16 de novembro de 2010.

**JOSÉ ERNESTO MANZI**

Relator